

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2011, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

Principais destaques de 2011

Em 2011, a MRN enfrentou diversos desafios para concluir as obras da nova mina de Bela Cruz que entrou em operação em outubro, passando a garantir cerca de 50% do volume de produção para os próximos três anos. Foram, também, iniciadas as obras de instalação da mina de Monte Branco prevista para entrar em operação em 2013. O projeto de melhoria na planta de beneficiamento foi aprovado e as obras iniciadas. Houve continuidade dos estudos ambientais, de engenharia e de atendimento a requisitos legais para a construção da linha de transmissão de 230 kv, visando obter a aprovação do empreendimento para interligar as operações da MRN em Porto Trombetas com a linha de transmissão de 500 kv, que se encontra em construção para interligar Manaus a Tucuruí. Na gestão de pessoas, foram implementados novos instrumentos de atração e retenção visando enfrentar a escassez de mão de obra qualificada e manter a equipe motivada.

Produção e vendas

Em 2011, a MRN produziu 16,8 milhões de toneladas de bauxita, 1% abaixo dos 17,0 milhões de toneladas produzidas em 2010. As vendas somaram 17,0 milhões de toneladas, representando um decréscimo de 3% comparadas com o volume de 17,5 milhões de toneladas vendidas em 2010.

Do total de vendas, 63% (63% em 2010) foram destinadas ao mercado interno, suprindo as refinarias da Alunorte e da Alumar e 37% foram destinadas ao mercado externo como segue: 13% para os Estados Unidos, 10% para o Canadá, 11% para a Europa e 3% para a América do Sul.

Os teores médios de qualidade do minério obtidos em 2011 foram de 48,97% de alumina aproveitável e 4,76% de sílica reativa.

Gestão da qualidade

O Programa de Gestão da Qualidade na MRN é focado em treinamento e desenvolvimento de pessoas, gerenciamento da rotina e gerenciamento por diretrizes visando à melhoria permanente de seus processos.

O forte desempenho do Programa 5S é traduzido na qualidade da organização e arranjo das instalações da MRN, contribuindo para a prevenção de acidentes e a preservação do meio ambiente nos diversos locais de trabalho. De acordo com a metodologia do programa praticado na MRN, a empresa está dividida em 115 ambientes classificados em diferentes estágios, sendo 04 ambientes no 3ºS (3,5%), 01 ambiente no 4ºS (0,9%) e 110 ambientes no 5ºS (95,7%).

A empresa também conta com o envolvimento, o comprometimento e a motivação dos empregados da MRN e de empresas contratadas que participam voluntariamente do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), proporcionando um ambiente de permanente evolução do programa, com resultados muito positivos. Em 2011, o programa contou com 157 grupos, compostos por 864 circuilistas, que concluíram 118 projetos de melhoria. Desde o início do programa, em 1997, foram concluídos 3.331 projetos. O programa conta com a adesão de 72% do quadro total de empregados.

Recursos Humanos

Em 2011, a produtividade por empregado foi de 14,070 toneladas, com um efetivo médio ao longo do ano de 1.194 empregados ativos, sendo: 85% originários do estado do Pará, 2% dos demais estados da região Norte e 13% de outros estados. O total de 87% de empregados da região Norte reflete o compromisso da MRN em valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

A MRN negociou um novo acordo de participação de seus empregados nos resultados da empresa (PR). O acordo tem vigência de 2 anos, 2012 e 2013. Além das metas vinculadas ao desempenho corporativo e das áreas em que a empresa está dividida, de caráter coletivo, o acordo passou a contar com um incentivo adicional, que vale até um salário nominal do empregado por ano, vinculado ao desempenho individual de saúde, como forma de estimular as pessoas a cuidarem bem de sua saúde.

Dentro do Programa de Qualidade de Vida da MRN (PQV), o projeto Ação & Bem Estar, que atende os empregados da MRN

desde 2009, foi ampliado no segundo semestre de 2011 aos cônjuges e atingiu a expectativa traçada com 358 participantes efetivos, com rotatividade aproximada de 16,2%. Para orientar e incentivar a mudança de hábitos, no decorrer do ano foram ministradas palestras referentes a temas como saúde, atividade física e nutrição, buscando informar e orientar os participantes.

O Ação & Bem Estar é realizado por uma equipe multidisciplinar constituída de profissionais de educação física, nutrição e medicina. O compromisso permanente dessa equipe multidisciplinar é proporcionar ao empregado um programa de treinamento individualizado que melhor contemple sua realidade e necessidade através da prática orientada e monitorada de atividade física, possibilitando uma melhoria do nível de saúde e o desenvolvimento hábitos de vida saudáveis.

No que se refere ao desenvolvimento de pessoas, destaca-se o Sistema de Gestão por Competências, no qual são mapeadas as competências dos empregados da MRN para os diferentes cargos da empresa. Em 2011, o programa foi estendido a todos os níveis da empresa, com a inclusão de dois novos eixos: operacional e de manutenção.

A partir de 2011, todos os empregados passaram a ser avaliados e ter seus Planos Individuais de Desenvolvimento elaborados. Dessa forma, todos os empregados passam a conhecer suas oportunidades de melhorias tanto em questões técnicas quanto comportamentais. Em 2011, 97% dos treinamentos formais propostos e aprovados a partir dos planos individuais de desenvolvimento foram realizados.

Os treinamentos corporativos obrigatórios que norteiam a política da MRN dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade fecharam o ano de 2011 com 85% dos empregados treinados, uma evolução de 21% em relação a 2010 cujo resultado foi de 64%. Nos treinamentos operacionais, 824 empregados participaram de treinamentos em 2011, totalizando uma média de 71 horas por empregado.

O Programa de Educação, cujo objetivo é facilitar o acesso aos empregados da MRN à educação formal, ampliou-se, uma vez que, além dos cursos do SENAI e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, também fechou-se parcerias com a Universidade Federal do Pará, Fundação Getúlio Vargas, Grupo Pitágoras e UFPA para fomentar o acesso a todos os níveis de formação, ou seja, Técnica, Superior e Pós-Graduação. Atualmente temos 183 profissionais cursando a formação técnica, 29 cursando Graduação e 30 fazendo Pós-Graduação. O Programa de Educação conta com apoio da MRN através de bolsas de estudos, uso de infraestrutura da empresa e viagens, quando necessárias.

O Programa Jovem Aprendiz, realizado em Parceria com o SENAI de Santarém, promove a preparação do jovem para o mercado de trabalho e, em 2011, contemplou 46 jovens do Oeste do Pará.

A Gestão de Relacionamento continua sendo tratada como uma importante ferramenta motivacional, com o incentivo ao diálogo franco e aberto entre líderes e de liderados, suportados por profissionais de Recursos Humanos. Através do programa, são detectadas as oportunidades de melhoria do ambiente do trabalho e traçados planos de ação.

Outro ponto forte de 2011 foi a consolidação do Programa de Desenvolvimento de Líderes, em parceria com a Fundação Instituto em Administração – FIA. Atualmente, a empresa possui 114 profissionais cursando os Módulos do Programa que abordam: Cultura e Mudança Organizacional, Liderança e Gerência, Instrumentos de Controle Gerencial (Finanças) e Gestão. O programa evoluiu em 75% e no primeiro semestre de 2012 concluiremos todos os módulos. A partir desta etapa, a MRN passará para um segundo nível de preparação de seus líderes, que é fomentar metas para o cumprimento dos conceitos aprendidos no programa.

Outros destaques em 2011 foram os Programas Trainee e de Estágios. No caso do Programa Trainee, foram selecionados 20 jovens no Brasil, nas mais diversas áreas e, principalmente, com formação em Engenharia e Administração. Do grupo inicial do Programa, que tem duração de dois anos, seis jovens já foram efetivados na empresa por ter havido oportunidade de efetivação e terem apresentado bom desempenho nas competências requeridas. No caso do Programa de Estágios, 16 jovens de formação Técnica em Eletrotécnica, Mineração e Mecânica foram selecionados na região Norte pelo Programa, que tem duração de seis meses. Cinco desses jovens foram contratados pela MRN.

Segurança

Em agosto de 2011, a MRN passou por um processo de auditoria de saúde, segurança, meio ambiente e relações com as comunidades, mais conhecida como auditoria de HSEC –

“health, safety, environment and communities”, realizada por representantes de seus acionistas, onde foram identificados pontos de destaque e oportunidades de melhorias que estão sendo implementadas pelas áreas responsáveis.

As taxas de frequência de acidentes com efetivo próprio e de empresas contratadas em 2011, comparada com 2010, estão na tabela a seguir:

ACIDENTES	Taxas de frequência (*)					
	MRN		CONTRATADAS		MRN+ CONTRATADAS	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Com afastamento	0,66	0,93	1,73	1,19	1,27	1,08
Sem afastamento	0,99	0,31	2,47	0,95	1,84	0,68
Total	1,66	1,25	4,20	2,15	3,11	1,76

(*) Acidente por um milhão de horas trabalhadas

Em 2011 a MRN atingiu o recorde de 174 dias sem acidentes reportáveis, tanto em suas operações quanto nas operações das empresas contratadas e registrou um dos melhores índices de taxa de frequência de acidentes por milhão de horas trabalhadas.

Não obstante todo o esforço que a companhia promove em relação à segurança no trabalho, em novembro de 2011 ocorreu um acidente com um caminhão de transporte de combustível que culminou com duas fatalidades, sendo uma de empregado da MRN e outra de empregado da empresa contratada à qual pertencia o caminhão acidentado. A companhia está revisando todos os seus padrões de segurança e saúde ocupacional objetivando mitigar eventuais riscos de fatalidade que possam ter escapado ao seu rigoroso padrão de controle.

No que se refere às obras realizadas nas minas Bela Cruz e Monte Branco, as Taxas de Frequência em 2011 fecharam em 2,56 e 4,43, respectivamente, correspondentes a 9 acidentes de baixa gravidade ocorridos desde o início das obras das novas minas, iniciadas 2008.

As auditorias de certificação da norma OHSAS 18001 confirmaram a manutenção dos Certificados da MRN e das várias contratadas que já possuem essa certificação para suas operações em Porto Trombetas.

Saúde Ocupacional

Em 2011, pelo Programa de Medicina do Sono, foram avaliadas 432 pessoas entre empregados da MRN, empregados de empresas contratadas e pessoas da comunidade e os 54 casos de distúrbios identificados passaram a ter o acompanhamento clínico indicado. No Programa Apto para a vida, Apto para o Trabalho, foram avaliados 451 empregados envolvendo avaliações ergonômicas no local de trabalho, avaliação individual da capacidade física e aconselhamento nutricional. Todas estas ações buscaram permitir a identificação, diagnóstico diferencial, tratamento e acompanhamento evolutivo dos distúrbios do sono e situações de fadiga, que possam causar riscos para as atividades profissionais das pessoas, assim como impactos à qualidade de vida.

Durante o ano de 2011, foram atendidos pela Medicina do Trabalho para realização de exames admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho 1.427 empregados da MRN e 3.584 empregados das empresas contratadas.

Ainda em 2011, em busca de aumento de resolutividade e qualidade nos atendimentos, o Hospital de Porto Trombetas passou a contar com atendimentos clínicos nas áreas de Cardiologia, Urologia, Nutrição, Psicologia e Ortopedia. Além disso, passaram a ser realizadas cirurgias urológicas transuretrais e citoscópicas, oftalmológicas e artroscopias de ombro e cotovelo. Entre os exames complementares, passou também a contar com Holter, Ecocardiograma e Teste Ergométrico.

Meio Ambiente

Em dezembro de 2001, a MRN obteve a certificação na ISO 14.000 e, a cada semestre, passa por uma auditoria de manutenção desta certificação. Em 2011, conforme prevê a norma, a MRN passou por um novo processo de auditoria e manteve o certificado da ISO 14.000:2004.

Abaixo apresentamos as principais atividades ambientais que foram desenvolvidas ao longo de 2011.

Reforestamento de áreas mineradas

As atividades de reflorestamento foram realizadas em conformidade com as atividades de lavra, previstas no plano quinzenal de operações. De 1979 a 2011, foram reabilitados cerca de 4.460 ha, onde foram plantadas 8,8 milhões de mudas de 450 espécies arbóreas nativas. Em 2011 foram reflorestados 196 ha, sendo 175 ha em minas em operação e 21 ha em minas em processo de fechamento, tendo sido usadas 113 espécies arbóreas.

As mudas a serem utilizadas durante o reflorestamento de 2012 foram produzidas durante o ano de 2011. A MRN produziu em viveiro próprio, aproximadamente, 458 mil mudas de 112 espécies arbóreas nativas. Para o ano de 2012, a MRN tem a meta específica de reflorestar aproximadamente 259 ha, sendo que 240 ha são em minas em operação e o restante em minas em processo de descomissionamento.

Em relação ao processo de revegetação dos taludes das estradas de acesso às minas e paredes dos tanques de rejeito, em 2011 foram hidrossemeados 16 ha e para o ano de 2012 estão previstos 48 ha.

Programa de Manejo Integrado de fauna

A MRN desenvolveu e vem executando o Programa Integrado de Manejo da Fauna da área de influência do projeto de exploração mineral dos platôs Saracá, Almeidas, Aviso, Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco, Papagaio e Periquito, envolvendo desde o manejo das espécies por meio de ações de resgate e afugentamento, o monitoramento do alcance dos impactos das atividades do empreendimento sobre as mesmas e, posteriormente, da efetividade das ações de controle implementadas. No caso específico deste Programa, o objetivo é o desenvolvimento dessas ações sobre as comunidades de anfíbios, répteis, aves, mamíferos e determinados grupos de insetos.

Os trabalhos de afugentamento e resgate são executados por profissionais da ZooFit, entidade mantida pela FIT – Faculdades Integradas do Tapajós. O convênio entre a MRN e a FIT prevê também a utilização das estruturas da ZooFit pela MRN, no caso de processos demorados de reabilitação de animais resgatados durante o desmatamento. Para os primeiros socorros e processos rápidos de reabilitação, a MRN construiu em 2010, um Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS.

Monitoramento das áreas reflorestadas

As atividades de monitoramento das áreas reflorestadas (flora e solos) seguem o desenho amostral aprovado pelo IBAMA/ICMbio e têm como objetivo principal avaliar o sucesso do programa de reabilitação das áreas mineradas. As atividades foram e continuarão sendo executadas em todas as minas que se encontram nas fases de implantação, operação e descomissionamento, em consonância com as condicionantes ambientais estabelecidas nas respectivas licenças.

Reabilitação dos tanques de rejeitos

A evolução do processo desenvolvido pela equipe técnica da MRN com o apoio da EMBRAPA e da Universidade Federal de Viçosa, tem sido muito positiva conforme constatado através do monitoramento anual de diversos parâmetros físicos e biológicos da área.

Em 2011, após análise crítica dos dados obtidos ao longo de todos os anos de pesquisa e monitoramento, iniciou-se a elaboração de um protocolo de reabilitação e monitoramento dos tanques de rejeito, definindo-se as seguintes premissas:

- Adoção de variáveis que possam compor um índice de recuperação ambiental – IRA (índice de sustentabilidade) para os plantios
- Avaliação da aplicação/incorporação de matéria orgânica proveniente do processo de compostagem de lixo urbano e podas de jardim e do sistema de tratamento de esgoto (lodo) ao rejeito de lavagem de bauxita.
- Seleção de bactérias fixadoras de nitrogênio atmosférico e fungos micorrízicos para espécies nativas da região de Porto Trombetas com potencial para revegetação de áreas mineradas.

Monitoramento de água e ar

O monitoramento de água e ar é feito de acordo com o mapeamento e parâmetros constantes dos planos básicos ambientais e os resultados obtidos encontram-se dentro dos limites das normas ambientais.

Processos de Licenciamento Ambiental

Em 2011, a MRN obteve a retificação da licença de operação da mina de Aviso contemplando as novas instalações de apoio a produção da mina Bela Cruz e a licença de operação da mina Bela Cruz com validade de quatro anos.

Foi obtida, ainda, a autorização de supressão da vegetal para continuidade de produção na mina Saracá, a última autorização de supressão para mina Bacaba e a autorização para a conclusão de detalhamento de pesquisa no platô Rebolado.

No mês de março, obtivemos a renovação da licença de operação do areal do km 06 e, em setembro, obtivemos todas as licenças de instalação e operação necessárias para implantação da Central de Tratamento de Resíduos. Ao longo de 2011, foram desenvolvidos os Planos Básicos Ambientais das novas minas Greigh e Aramã prevendo requerimento de licença de instalação em 2012. Em relação à implantação da linha de transmissão de 230 Kv os levantamentos e elaboração do Estudo de Impacto Ambiental foram desenvolvidos ao longo de 2011 com obtenção das autorizações de supressão e levantamento de fauna necessários à conclusão dos estudos.

Ainda no que se refere às ações ambientais desenvolvidas em 2011, a MRN deu andamento ao Programa de Monitoramento de Primatas nos platôs Bacaba, Bela Cruz e Almeidas. A iniciativa teve início em 2010 e tem previsão de duração de cinco anos. Também tiveram prosseguimento as ações do programa de monitoramento da fauna aquática na área de influência do Platô Bacaba e do projeto Epífitas, Hemiepífitas e Espécies Raras e Ameaçadas, no qual um total de 11.784 espécimes foram reintroduzidas nas áreas dos reflorestamentos da empresa que datam da década de 80. Também demos prosseguimento aos monitoramentos do lago Batata, que ocorrem desde 1988.

Relações com a comunidade

Dando prosseguimento ao Programa de Relacionamento com Comunidades, no ano de 2011, a MRN buscou se estruturar e adequar seus projetos e ações educacionais, ambientais e sociais em um Programa de Educação Socioambiental. Esta adequação é uma demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que segue os princípios descritos no Art 4º, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.796/99) e condicionante do licenciamento de suas atividades de extração mineral.

Desta forma, em 2011, foram realizadas duas oficinas do Programa de Educação Socioambiental da MRN, o PES: a 1ª Oficina de Capacitação para Gestores e Coordenadores do PES foi realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2011, na cidade de Terra Santa, e a 2ª Oficina de Construção de Projeto de Educação Ambiental foi realizada em Porto Trombetas, nos dias 25 e 26 de outubro de 2011.

Fazem parte do PES, doze projetos desenvolvidos nos municípios de Terra Santa e Oriximiná, que têm como base os pilares de Educação e Cultura, Sustentabilidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente. Os projetos são:

- Educação Cidadania e Cultura – Projeto Educação Ambiental e Patrimonial;
- Sustentabilidade – Projetos: Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaibas, Meliponicultura;
- Segurança e Saúde – Microssistemas e Poços Artesianos, Combate à Malária, Projeto Leme;
- Meio Ambiente – Instituto Gaya de Defesa das Águas, Manejo dos Castanhais, Sistemas Agroflorestais.

Os principais destaques em 2011 nesta área foram:

- Reforma do Cliper Santo Antônio em Oriximiná;
- Repasse de verba para obras de drenagem e recuperação de parte das ruas do Bairro do Penta em Oriximiná;
- Melhorar na estrada que liga Faro a Terra Santa e construção de canaletas;
- Entrega oficial do Hospital Municipal de Terra Santa, reformado em parceria com a Prefeitura;
- Convênio com a Prefeitura de Faro para a construção de uma escola de ensino Infantil e Fundamental com 06 salas de aula, beneficiando 180 alunos;
- Construção de salão social na comunidade do Curuçá-Mirim, no Alto Trombetas;
- Reforma da Igreja da comunidade do Boa Vista;
- Foram construídos: um microssistema de água na comunidade do Saracá, dois poços artesianos no lago Batata, reforma de oito microssistemas de água nas comunidades do Boa Nova e Saracá e manutenção em sete poços manuais no lago Batata.
- O Projeto Quilombo, em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e a Prefeitura de Oriximiná,

segue evoluindo com a redução da desnutrição infantil para 5% das crianças beneficiárias, contra 6% em 2010 e 39% em 1999, quando o projeto foi iniciado. Esse Projeto tem por objetivo levar saúde preventiva e curativa a 18 comunidades compostas por remanescentes de quilombos que habitam as margens do Alto Rio Trombetas;

- O projeto Meliponicultura (produção de mel de abelhas sem ferrão), em parceria com o SEBRAE, MRN e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa, teve um aumento substancial passando de 100 caixas em 2010 para 252 caixas em 2011, beneficiando três comunidades e 20 famílias. Houve também eventos de capacitação como as visitas técnicas junto aos criadores de abelhas dos estados do Maranhão e Tocantins e a participação do 1º Encontro de Meliponicultores em Belterra - PA;
- Com investimentos de incentivos fiscais, a MRN patrocinou importantes programas na área cultural. Os Programas Cultura em Rede, Cultura na Escola e Raízes, abarcaram grande parte dos pequenos patrocínios realizados pela empresa na região. Através de metodologia própria, estes programas contribuíram para que as manifestações culturais ganhassem força e visibilidade regional. Além disso, os produtores culturais foram capacitados na elaboração de projetos e captação de recursos de fontes diversas disponíveis através de leis de incentivo estaduais e federais;
- Ainda na área cultural, destacamos o patrocínio da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, em Alter-do-Chão, através do Projeto "Preservação do Patrimônio Histórico de Santarém", patrocinado pela MRN através da Lei SEMEAR;
- Em 2011, a MRN deu continuidade ao projeto Esporte na Cidade, através da lei federal de incentivo ao esporte, firmando parceria com a OSCIP – Organização Social de Interesse Público, De Peito Aberto, beneficiando mais de 500 crianças e adolescentes nos municípios de Terra Santa e Faro e gerando emprego direto a quatro profissionais da educação física. Ao longo do ano o programa realizou algumas ações esportivas na cidade de Terra Santa e Faro. O projeto contou com o apoio irrestrito das prefeituras onde acontecem;
- Aos Fundos Municipais da Criança e Adolescentes (FIA) foram doados recursos que suportaram mais de vinte projetos voltados a este público nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro e Óbidos;
- O Programa de Voluntariado Empresarial de Porto Trombetas deu continuidade ao Projeto de Odontologia Preventiva, conduzido voluntariamente por profissionais de Porto Trombetas e beneficiando mais de 80 crianças de comunidades quilombolas. Foi realizada também a capacitação para o Comitê Gestor e Voluntariado;
- O programa de Combate à Malária também fechou o ano sem nenhuma ocorrência registrada no posto de saúde de Porto Trombetas e nas comunidades onde são efetuadas as ações de combate à doença (foram 63 casos registrados em 2010). A redução foi resultado de um intenso trabalho realizado pela Pró-Saúde, parceira da MRN na gestão do Hospital de Porto Trombetas, que atuou juntamente com a Prefeitura de Oriximiná.
- Em 2011, a MRN manteve sua parceria junto ao Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), desenvolvido pela Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais, fortalecendo o ambiente de negócios na região Oeste do Pará.

Investimentos

Em 2011, a MRN realizou investimentos no total de R\$ 230,5 milhões. Esses recursos foram aplicados nos seguintes segmentos: controle ambiental (R\$ 17,4 milhões); pesquisa geológica (R\$ 7,2 milhões); equipamentos de mineração (R\$ 24,6 milhões); substituição de equipamentos e atualização tecnológica (R\$ 14,0 milhões); segurança e saúde ocupacional (R\$ 3,0 milhões); abertura de novas minas (R\$ 154,7 milhões); projetos especiais (R\$ 5,7 milhões) e R\$ 3,9 milhões em outros projetos.

Resultados econômico-financeiros

Apesar das vendas em 2011 terem sido inferiores a 2010 em 489 mil toneladas de bauxita (2,8%), a receita líquida do ano de R\$ 732,1 milhões foi 12% superior ao ano de 2010, principalmente devido ao melhor preço da bauxita em relação ao ano anterior por influência direta pela cotação do alumínio na Bolsa de Londres (LME). Parte da recuperação dos preços em moeda americana (R\$ 122,7 milhões) foi parcialmente impactada pela menor taxa média do câmbio em 2011 (1,67 vs 1,79), por um menor volume de vendas, pelo mix entre bauxita seca e bauxita úmida e por um maior recolhimento de impostos incidentes sobre as vendas. O impacto líquido favorável na receita em 2011 foi de R\$ 78,4 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

O custo dos produtos vendidos ficou 7,3% acima do custo de 2010 (R\$ 40,8 milhões) fortemente impactado pelos custos de serviços e materiais de manutenção devido ao atraso na entrega da nova frota de equipamentos de mineração e consequente adiamento na desmobilização da frota velha.

O EBITDA foi de R\$ 217,6 milhões contra R\$ 213,9 milhões em 2010, com aumento de 1,7%.

Em 2011, a MRN teve um lucro líquido de R\$ 36,9 milhões ante um prejuízo líquido de R\$ 9,2 milhões em 2010. Contribuíram favoravelmente para o resultado em 2011, a melhoria da performance operacional, uma menor atualização monetária sobre o processo de redução de capital e um melhor balanço fiscal de imposto de renda e contribuição social. Desfavoravelmente destaca-se o aumento da variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira devido à desvalorização do real no quarto trimestre do ano.

A geração líquida de divisas em 2011 foi de US\$ 199,2 milhões, superiores em US\$ 55,8 milhões à 2010 que foram de US\$ 143,4 milhões, oriundos da balança comercial US\$ 184,3

milhões; fluxo de capitais US\$ 18,2 milhões e pagamento de serviços US\$ 3,3 milhões.

Foram recolhidos aos cofres públicos em impostos e contribuições, incluindo retenções na fonte, o valor de R\$ 150,6 milhões (R\$ 145,8 milhões em 2010), assim distribuídos:

	2011	2010
ICMS	23,5	17,6
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM	21,3	18,6
Pis e Cofins	6,3	12,0
Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	52,5	58,9
Contribuições previdenciárias	33,4	29,0
Outros impostos	13,6	9,7

Desafios

Os principais desafios da MRN para 2012 e para o horizonte dos próximos cinco anos são:

- Dar continuidade à obra da mina de Monte Branco;
- Dar continuidade à implantação do projeto de melhorias na planta de beneficiamento;
- Dar continuidade ao projeto da linha de transmissão de 230 kv interligando as operações da MRN à linha de transmissão de 500 kv que interligará Manaus a Tucuruí;
- Consolidar o programa de gestão de riscos;
- Dar continuidade aos estudos de engenharia para as futuras minas a serem abertas;
- Revitalizar o programa lean six sigma;
- Dar continuidade ao programa de pesquisa geológica;
- Consolidar o planejamento estratégico de recursos humanos;

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2011, especialmente, aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 02 de fevereiro de 2012.

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	81.256	44.149
Contas a receber:			
Partes relacionadas	17	83.676	93.048
Terceiros	-	-	2.268
Estoques	5	41.385	33.887
Tributos a compensar	9	5.052	2.378
Depósitos judiciais	6	7.623	633.854
Outros ativos circulantes		7.101	5.314
Total dos ativo circulante		<u>226.093</u>	<u>814.898</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	6	155.650	455
Tributos a compensar	9	20.586	21.175
Impostos diferidos	14	78.329	25.095
Outros ativos não circulantes		2.725	-
		257.290	46.725
Investimento	-	411	411
Imobilizado	7	1.022.898	896.209
Intangível	8	3.079	3.570
		1.026.388	900.190
Total dos ativos não circulantes		<u>1.283.678</u>	<u>946.915</u>
Total do ativo		<u>1.509.771</u>	<u>1.761.813</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante			
Fornecedores	-	55.253	46.314
Empréstimos e financiamentos	10	185.378	423.171
Salários, provisões e contribuições sociais	-	24.323	21.324
Impostos a recolher	11	11.276	11.451
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1.049	13.429
Provisão para contingências	12	-	357.513
Dividendos a pagar	15e	34.694	-
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	3.189	3.189
Outras obrigações	-	1.955	7.721
Total dos passivo circulante		<u>317.117</u>	<u>884.112</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	278.674	167.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	58.415	11.597
Impostos a recolher	11	-	504
Provisão para contingências	12	197.108	42.553
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	67.693	67.467
Outras obrigações	-	684	543
Total do passivo não circulante		<u>602.574</u>	<u>290.368</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	488.484	488.484
Reservas de capital	-	6.829	6.829
Reservas de capital	-	(369)	(957)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	95.136	92.977
Reserva de lucros	-	-	-
Lucros acumulados	-	590.080	587.333
Total do passivo patrimônio líquido		<u>1.509.771</u>	<u>1.761.813</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional líquida	16	732.065	653.680
Custo dos produtos vendidos	-	(598.794)	(557.993)
Lucro bruto		<u>133.271</u>	<u>95.687</u>
Receitas/ (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(19.378)	(20.335)
Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas	19	(5.544)	30.559
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>108.349</u>	<u>105.911</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras	-	32.083	30.478
Despesas financeiras	-	(35.808)	(42.711)
Atualização monetária processo fiscal - Lei nº 11.941/2009	-	(19.713)	(74.139)
Variação cambial, líquida	-	(27.872)	9.712
		(51.310)	(76.660)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.039	29.251
Imposto de renda e contribuição social	14	(26.907)	(29.871)
Correntes	-	-	-
Processo fiscal - Lei nº 11.941/2009	-	6.721	(8.561)
Diferidos	-	(20.186)	(38.432)
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício		<u>36.853</u>	<u>(9.181)</u>
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício por lote de 1.000.000 ações (em R\$)		<u>61,42</u>	<u>(15,30)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	<u>36.853</u>	<u>(9.181)</u>
Resultado de hedge	891	700
Imposto de renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	(303)	(238)
Resultado abrangente total do exercício	<u>37.441</u>	<u>(8.719)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	Notas Explicativas	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
			Incentivos fiscais	Isenção de Imposto Renda	Ajuste de avaliação Patrimonial	Legal	Isenção de Imposto Renda		
Saldos em 31 de dezembro de 2009		488.484	6.829	-	(1.419)	97.697	4.461	5.886	601.938
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	-	(5.886)	(5.886)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	462	-	-	-	462
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(9.181)	(9.181)
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	(4.720)	(4.461)	9.181	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		488.484	6.829	-	(957)	92.977	-	-	587.333
Ajuste de avaliação patrimonial	15c	-	-	-	588	-	-	-	588
Lucro líquido do exercício	15.d.3	-	-	-	-	-	-	36.853	36.853
Reserva legal	15.d.3	-	-	-	-	1.843	-	(1.843)	-
Reserva para aumento de capital - Isenção de IR	15.d.3	-	-	-	-	-	316	(316)	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	-	-	-	(34.694)	(34.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		488.484	6.829	-	(369)	94.820	316	-	590.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.11	31.12.10
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	36.853	(9.181)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	-	109.286	107.963
Provisão para contingências	-	154.555	(25.432)
Processo fiscal - Lei 11.941/09	-	19.713	74.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(6.418)	8.561
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	53	770
Atualização monetária depósitos judiciais	-	(28.641)	(28.983)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	5.624	5.716
Variação cambial e juros provisionados	-	1.098	(6.600)
Outros	-	-	(281)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	-	11.640	(4.075)
Estoques	-	(7.498)	5.314
Depósito judicial	-	122.450	(76)
Tributos a compensar	-	(2.085)	10.564
Outros	-	(4.511)	1.610
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	-	8.940	5.541
Impostos a recolher	-	(678)	(155)
Salários, provisões e encargos sociais	-	2.999	572
Imposto de renda e contribuição social	-	(12.381)	(18.770)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	(5.398)	(4.945)
Outras obrigações e contas a pagar	-	(5.625)	1.907
Caixa gerado pelas atividades operacionais		399.976	124.159
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(235.538)	(120.721)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(235.538)	(120.721)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	441.447	488.439
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(568.778)	(406.108)
Pagamento de dividendos	15	-	(44.308)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(127.331)	38.023
Aumento/ (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		37.107	41.461
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	44.149	2.688
Saldo final	-	81.256	44.149
Informações adicionais:			
Juros pagos durante o período	-	(31.759)	(33.600)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-	(25.506)	(48.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	31.12.11	31.12.10
Receitas	829.303	737.764
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	828.426	734.033
Outras receitas	877	3.731
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)	398.053	396.715
Custos dos produtos vendidos	381.964	372.793
Material e serviços de terceiros	16.089	23.922
Valor adicionado bruto	431.250	341.049
Depreciação, amortização e exaustão	109.286	107.963
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	321.964	233.086
Valor adicionado recebido em transferência	39.076	29.160
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	38.989	29.145
Outras	87	15
Valor adicionado total a distribuir	361.040	262.246
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal:	92.990	87.747
Remuneração direta	54.650	72.187
Benefícios	30.815	7.669
F.G.T.S	7.525	7.891
Impostos, taxas e contribuições:	140.899	117.503
Federais	93.553	81.088
Estaduais	33.409	24.273
Municipais	13.937	12.142
Remuneração de capitais de terceiros	90.299	66.177
Juros e variações monetárias passivas	70.586	31.666
Juros processo fiscal - Lei 11.941/09	19.713	74.139
Reversão de contingências	-	(39.628)
Remuneração de capitais próprios	36.852	(9.181)
Dividendos propostos	34.694	-
Lucros retidos	2.158	(9.181)
Total do valor adicionado distribuído	361.040	262.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(CONTINUA)

1. Contexto operacional

A Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima ("S.A.") de capital fechado, localizada em Oriximiná - PA, cujos acionistas são a Vale S.A., Alcan Alumina Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota nº 15). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e ligadas, são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério têm prazo médio de vencimento de 30 dias. Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Qualquer tonelage não retirada pelo acionista e que a Sociedade não se dispunha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o acionista deverá pagar à Sociedade, com relação a tal tonelage não retirada, preço igual à soma do preço-base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonelage não retirada, a Sociedade fará ao acionista um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo. Em 31 de dezembro de 2011, as vendas com partes relacionadas representaram, aproximadamente, 99,8% (96,7% em 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 91.024, resultado principalmente das captações de financiamentos realizados para suprir os recursos necessários para abertura de novas minas. A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos de sua operação de mineração, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas, bem como atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

2. Políticas contábeis adotadas**2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras****2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamento na preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

i) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração leva em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos, em particular, a Sociedade transfere aos compradores os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa n. 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

iv) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração.

v) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota Explicativa n. 3.5, a Sociedade revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

vi) Provisão para reflorestamento e fechamento de minas

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para provisão para reflorestamento e fechamento de minas, no período em que elas ocorrerem, conforme Nota n. 13. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utiliza a taxa de 7,96% para cálculo de ajustes a valor presente, correspondentes às provisões para reflorestamento e fechamento de minas registradas na contabilidade.

3. Principais práticas contábeis**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são de liquidez diária e controladas pela Sociedade para resgate a partir de 30 dias, visando a otimização de impostos (IOF).

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não efetua estimativas de perda de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos sócios e não existe experiência de inadimplência ocorrida no passado.

3.3. Estoques

Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

3.4. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros, haja vista que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil-econômica dos ativos.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de exploração das jazidas. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa n. 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Sociedade analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment").

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Tributação sobre a renda**Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando

for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos sobre a renda correntes e diferidos

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa n. 14.

Lucro da exploração

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) Ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas e as contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida

ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receita financeira" ou "Despesa financeira", respectivamente, no período em que ocorrem.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade resumem-se a uma operação de swap convertendo os encargos financeiros pactuados em contrato de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa LIBOR, acrescida de um percentual de juros, por taxas de juros prefixadas. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, como taxa de juros e cupom cambial.

3.11. Participações no resultado

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

3.13. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão

gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14. Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.16. Lucro líquido do exercício por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

3.17. Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém, não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2011:

Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de

Novas normas		
IFRS 9 (a)	Instrumentos financeiros	01/01/2013
Emendas às normas existentes		
IFRS 7	Instrumentos financeiros: divulgação - transferências de ativos financeiros	01/07/2011
Novas interpretações		
IFRIC 10 (b)	Demonstrações financeiras consolidadas	01/01/2013
IFRIC 11 (c)	Joint Ventures	01/01/2013
IFRIC 12 (d)	Divulgação da participação em outras entidades	01/01/2013
IFRIC 13 (e)	Mensuração ao valor justo	01/01/2013

(a) a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da - IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 01/01/2013. A Sociedade não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas;

(b) o IFRIC 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades;

(c) o IFRIC 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto;

(d) o IFRIC 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação;

(e) o IFRIC 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações).

A Sociedade não espera impactos significativos sobre as demonstrações financeiras na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

	31.12.11	31.12.10
Caixa e bancos	22	3.287
Títulos e valores mobiliários (*)	81.234	40.862
Total	81.256	44.149

(*) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritos a seguir:

	31.12.11	31.12.10
Banco do Brasil	7.009	-
Banco Bradesco S.A.	20.073	14.006
Banco Itaú S.A.	19.995	-
Banco Votorantim S.A. (nota n. 17d)	9.291	7.348
Banco Westlb	24.866	19.508
Total	81.234	40.862

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI, com prazo de vencimento inferior a três meses, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Estoques

O saldo de estoques era composto como se segue:

	31.12.11	31.12.10
Bauxita:		
Minerada	790	925
Britada	898	1.568
Lavada	6.205	4.340
Úmida	4.756	6.023
Seca	1.019	2.080
	13.668	14.936
Materiais de consumo e outros	36.232	28.676
Provisão para obsolescência (i)	(8.515)	(9.725)
Total	41.385	33.887

7. Imobilizado

O ativo imobilizado era composto como se segue:

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação/ exaustão	5% a 10%	4%	10%	4% a 10%	3% a 33%	11% a 50%	10% a 20%	10% a 25%		
Saldo em 31/12/2010										
Custo	984.871	231.860	465.789	120.238	39.239	103.134	31.763	208.109	141.090	2.326.092
Depreciação/ exaustão	(590.306)	(172.294)	(361.870)	(105.498)	(7.207)	(17.944)	(22.383)	(152.381)	-	(1.429.883)
Líquido	394.565	59.566	103.919	14.740	32.032	85.190	9.380	55.728	141.090	896.209
Saldo em 31/12/2011										
Custo	1.063.920	293.819	477.277	120.267	39.239	112.417	33.951	259.594	158.976	2.559.460
Depreciação/ exaustão	(625.532)	(177.586)	(395.157)	(108.894)	(9.204)	(21.317)	(24.560)	(174.312)	-	(1.536.562)
Líquido	438.388	116.233	82.120	11.373	30.035	91.100	9.361	85.282	158.976	1.022.898

Custo

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31/12/2010	984.871	231.860	465.789	120.238	39.239	103.134	31.763	208.109	141.090	2.326.092
Adições	79.049	61.959	11.788	29	-	9.284	2.368	51.831	17.886	234.195
Baixas	-	-	(301)	-	-	-	(180)	(346)	-	(827)
Saldo em 31/12/2011	1.063.920	293.819	477.276	120.267	39.239	112.418	33.951	259.594	158.976	2.559.460

Depreciação/ exaustão

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31/12/2010	590.306	172.294	361.870	105.499	7.207	17.944	22.383	152.381	-	1.429.883
Adição	35.226	5.292	33.540	3.395	1.997	4.210	2.351	22.277	-	108.288
Baixa	-	-	(253)	-	-	(836)	(174)	(346)	-	(1.609)
Saldo em 31/12/2011	625.532	177.586	395.157	108.894	9.203	21.318	24.560	174.312	-	1.536.562

(i) Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para obsolescência de materiais:

	R\$
Saldos em 31/12/2010	9.725
Adições	370
Reversões e baixas	(1.580)
Saldos em 31/12/2011	8.515

6. Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais está composto como se segue:

	31.12.11	31.12.10
Processo de redução de capital	162.947	633.854
Outros	326	455
Total	163.273	634.309
Circulante	7.623	633.854
Não circulante	155.650	455

A movimentação do ano é composta como se segue:

	2010	2011			
		Adição	Baixas	Juros	Total
Redução de capital(i)	633.854	-	(499.525)	28.618	162.947
Outros	455	90	(242)	23	326
Total	634.309	90	(499.767)	28.641	163.273

(i) Redução de capital.

A Sociedade foi atuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a Citação n. 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste Auto de Infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei n. 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009, a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém - PA, a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo, deixando o depósito registrado pelo valor líquido a ser resgatado.

Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a baixa do depósito judicial em R\$ 74.139.

Em 18 de julho de 2011 o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da MRN no valor de R\$ 277.622 e em conversão em renda para União no valor de R\$ 221.903, permanecendo em depósito judicial o valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 de R\$ 162.947. A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto a correta aplicação dos benefícios da Lei n. 11.941/2009.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

O saldo de imobilizações em curso refere-se a obras e equipamentos relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem. 67% são investimentos em novas minas.

(i) O ativo imobilizado em curso está assim representado pelos principais projetos:

	2011
Projetos	
Abertura da mina - Monte Branco	77.600
Abertura do platô - Bela Cruz	22.149
Construção do reservatório de rejeitos	14.018
Mudança no peneiramento e refrigeração	4.445
Pesquisa geológica do platô	4.211
Licenciamento da Monte Branco	3.577
Substituição CTLD - aviso	3.238
Drenagem de minas	2.187
Aquisição e instalações de incinerador	1.597
Compensação ambiental - Monte Branco	1.557
Construção de novo aterro sanitário	1.522
Licenciamento ambiental - Cruz Alta	1.414
Outros projetos	21.461
Total	158.976

Na rubrica de imobilizado em curso, são registrados ao custo de aquisição ou construção, os juros, e correções monetárias, capitalizados durante o período de exploração das Jazidas, nos valores de R\$ 6.326 em 2011 (R\$ 2.456 em 2010), totalizados em R\$8.782, na data de encerramento das demonstrações financeiras.

8. Intangível

O ativo intangível era composto como se segue:

	Taxas de amortização (%)	2011			2010		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	26.645	(23.566)	3.079	25.338	(21.768)	3.570
Total do intangível	-	26.645	(23.566)	3.079	25.338	(21.768)	3.570

	Custo de software		Amortização	
	Saldo em 31/12/2010	25.338	Saldo em 31/12/2010	21.768
Adições	1.307		Adição	1.798
Baixas	-		Baixa	-
Saldo em 31/12/2011	26.645		Saldo em 31/12/2011	23.566

9. Tributos a compensar

	31/12/11	31/12/10
ICMS	15.424	12.196
PIS	1.822	2.026
COFINS	8.392	9.331
Total	25.638	23.553

Circulante 5.052 2.378

Não circulante 20.586 21.175

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/11	31/12/10
Moeda estrangeira	323.103	257.690
Moeda nacional	140.949	333.185
Total	464.052	590.875

Total circulante 185.378 423.171

Total não circulante 278.674 167.704

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos, e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras. Os referidos financiamentos estão resumidos como se segue:

Instituição	Saldo em		Data			Encargos
	31/12/11	31/12/10	Captação	Vencimento		
Westlb	62.592	100.056	02/2008	08/2009 a 02/2013		Libor + Spread
Brasil	70.942	86.864	06/2011	01/2012		Libor + Spread
Bradesco	33.898	31.040	05/2011	01/2012		Libor + Spread
Finem	42.875	39.730	03/2010	01/2017		Libor + Spread
Westlb	112.796	-	11/2011	11/2016		Libor + Spread
	323.103	257.690				

Os valores em moeda nacional são compostos como se segue:

Instituição	Saldo em		Data		
	31/12/11	31/12/10	Captação	Vencimento	Encargos
FINAME	18.677	9.788	08/2006	09/2015	TJLP + Spread
Brasil	-	125.217	04/2010	04/2011	CDI + Spread
Bradesco	-	125.488	04/2010	04/2011	CDI + Spread
Bradesco - hedge	636	1.586	11/2008	02/2013	3,98%
Finem	109.623	71.106	03/2010	01/2017	TJLP + Spread
Itaú leasing	12.013	-	02 a 04/2011	02 a 04/2014	CDI + Spread
	140.949	333.185			

Bradesco hedge

Este contrato é referente a uma operação de swap para hedge de seu fluxo de caixa. Maiores informações na Nota n. 21.

FINEM

Esse financiamento foi contratado junto ao BNDES, com o Agente Financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bacaba, Bela Cruz e Monte Branco.

Garantias

Os financiamentos da Finame e Finem estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos preveem que, na ocorrência de alterações nas leis do País da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de 10 dias da ocorrência das alterações na legislação local.

Westlb

O contrato de financiamento com a instituição financeira Westlb possui em sua cláusula 11.7, a utilização de cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants) como forma de monitoramento da capacidade financeira da Sociedade em cumprir com os compromissos da dívida.

Os covenants a serem cumpridos pelo contrato são:

a) a razão da sua dívida financeira líquida com o EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) deve ser menor ou igual a 3,0, conforme demonstrados a seguir

	31/12/11	31/12/10
Dívida financeira líquida	382.796	546.727
EBITDA	217.635	213.875
(=) Índice	1,8	2,6

b) a razão do seu EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) com a despesa financeira líquida para esse período não deve ser inferior a 5,0.

	31/12/11	31/12/10
EBITDA	217.635	213.875
Resultado financeiro líquido	23.438	12.233
(=) Índice	9,3	17,5

Todos os covenants descritos acima são calculados com base nas Demonstrações Financeiras da Sociedade e vêm sendo atendidos.

A parcela registrada no longo prazo em 2011 dos financiamentos terá os seguintes vencimentos:

	Banco Bradesco (swap)	FINAME	FINEM	Banco WESTLB	Banco Itaú	Total
2013	44	5.219	31.805	35.014	4.531	76.613
2014	-	3.881	33.103	30.013	1.919	68.916
2015	-	3.324	33.103	30.013	-	66.440
2016	-	830	33.103	30.013	-	63.946
2017	-	-	2.759	-	-	2.759
Total	44	13.254	133.873	125.053	6.450	278.674

Westlb II

Em 30/11/2011 a Sociedade contratou novo empréstimo junto ao Westlb no valor de US\$60 milhões para suportar os investimentos a longo prazo para abertura de novas minas.

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)
Itau Leasing

Os contratos de arrendamentos de Leasing, está composto da seguinte forma:

Número dos Contratos	R\$ atualizado	Vencimentos	Encargos e atualizações
4569517	3.146	02/02/14	2,8509% a.a. + CDI
4569518	1.749	15/02/14	2,8509% a.a. + CDI
4569519	791	25/04/14	2,8509% a.a. + CDI
4569554	1.494	02/02/14	2,8451% a.a. + CDI
4569555	3.778	20/01/14	2,8509% a.a. + CDI
4569857	1.055	12/04/14	2,8451% a.a. + CDI
Total	12.013		

11. Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher era composto como se segue:

	31/12/11	31/12/10
CFEM - Compensação financeira a recolher	4.560	4.107
CSL - exportação	-	504
PIS e COFINS a recolher	1.094	3.409
ICMS a recolher	2.435	1.735
Outros impostos a recolher	3.187	2.200
Total	11.276	11.955

Circulante	11.276	11.451
------------	--------	--------

Não circulante	-	504
----------------	---	-----

12. Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências era composto como se segue:

	31/12/11	31/12/10
Redução de capital	155.324	357.513
CFEM	37.418	35.784
Indenizações trabalhistas	24	120
Honorários advocatícios	4.342	6.649
Total	197.108	400.066

Resumo	2010		2011		Subtotal	Total
			Adições	Reversão		
Cíveis	6.649	-	(409)	(2.221)	323	4.342
Fiscal	393.297	1.035	(1.911)	(221.903)	22.224	192.742
Trabalhistas	120	24	(128)	-	8	24
Total	400.066	1.059	(2.448)	(224.124)	22.555	(202.958)

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa da aplicação dos benefícios fiscais da Lei n. 11.941/09 sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota 6.

Existem também a título de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) valores que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a Sociedade deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

Trabalhistas

Existem atualmente apenas dois processos trabalhistas, cujas chances de êxito são classificadas como remotas, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$24.

Contingências Possíveis

As contingências, em 31/12/2011 e 2010, classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas como se segue:

	2011	2010
Civil	5.435	3.570
Trabalhista	1.732	3.539
Tributário	95.037	82.689

Destacamos que a perspectiva de liquidação do saldo do passivo circulante prevalece idênticos para os respectivos exercícios de 2011 e 2010.

13. Provisão para reflorestamento e fechamento de minas

As obrigações da Sociedade com reflorestamento e fechamento de minas está relacionado com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita. A provisão para reflorestamento e fechamento de minas apresentou a seguinte evolução:

	31/12/11	31/12/10
Saldo inicial	70.656	64.418
Constituições		
Imobilizado	-	5.467
Resultado	-	1.336
Atualização monetária	5.624	4.380
Pagamentos	(5.398)	(4.945)
Saldo final	70.882	70.656

Circulante	3.189	3.189
------------	-------	-------

Não circulante	67.693	67.467
----------------	--------	--------

14. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade goza de redução do Imposto de Renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O prazo da redução fiscal se extinguirá em 31/12/2013, conforme determina a Lei n. 9.532 de 10/12/1997.

Em 31/12/2011 e de 2010, o imposto de renda e contribuição social apurados foram:

	2011			2010		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.039	57.039	-	29.251	29.251	-
(%)	25	9	-	25	9	-
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	(14.260)	(5.134)		(7.313)	(2.633)	
Itens de reconciliação dos impostos						
Isenção de imposto de renda	316	-	-	-	-	-
Doações/PAT	1.212	-	-	1.280	-	-
Processo fiscal lei 11.941/09	(4.929)	(1.774)	-	(18.535)	(6.673)	-
Outras adições/exclusões permanentes	2.818	1.565	-	(3.336)	(1.222)	-
Despesa registrada na demonstração do resultado	(14.843)	(5.343)	(20.186)	(27.904)	(10.528)	(38.432)
Corrente	(19.785)	(7.122)	(26.907)	(21.609)	(8.262)	(29.871)
Corrente processo fiscal - lei 11.941/09	-	-	-	-	-	-
Diferido	4.942	1.779	6.721	(6.295)	(2.266)	(8.561)

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos passivos, registrados nas demonstrações financeiras são provenientes de diferenças temporárias sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 6) a serem recolhidas em caso de êxito das ações em curso e aos valores referentes as provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31/12/11	31/12/10
Impostos diferidos ativos		
Adições temporárias de provisões contingenciais e outros	230.379	73.809
Alíquota oficial	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	78.329	25.095
Impostos diferidos passivos		
Atualização monetária dos depósitos judiciais	171.809	34.109
Alíquota oficial	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	58.415	11.597

15. Patrimônio líquido
a) Capital

Em 31/12/2011, o capital autorizado da Sociedade era de R\$ 502.283 (R\$ 502.283 em 2010). O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 488.484 (R\$ 488.484 em 2010), está representado por 200.000.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	2011		2010	
	Ações ordinárias (*)	%	Ações preferenciais (*)	%
VALE S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Alcan Alumina Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500
BHP Billiton Metais S.A.	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	200.000	100,0000	400.000	100,0000

(*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembléia Geral dos Acionistas.

b) Reserva de capital

A Reserva de Capital é composta pelo valor de R\$6.829 referente a incentivos fiscais FINAM.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A Sociedade contabilizou na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial em 2011 o valor de R\$ 588 (R\$ 462 em 2010) correspondente à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulada resultante das variações no valor justo dos instrumentos de "hedge" contratados para "hedge" de fluxo de caixa (detalhes nota 21).

d) Reserva de lucro**d.1) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vêm constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2011, o valor destinado para reserva legal foi R\$ 1.843 (5% do lucro). No exercício de 2010, esta reserva foi reduzida em R\$ 4.720 para absorver parte do prejuízo contábil do exercício.

	2011	2010
Saldo no início do exercício	92.977	97.697
Movimentação	1.843	(4.720)
Saldo no final do exercício	94.820	92.977

d.2) Reserva de incentivos fiscais

A Empresa destinou para conta de Reserva de Incentivo Fiscal o valor de R\$316 apurados sobre lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real. O valor destinado para essa reserva não foi incluído na base de cálculo do dividendo anual mínimo. Em 2010 não houve valores apurados sobre o lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real.

d.3) Destinação do lucro

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31/12/2011 e 2010 está demonstrada abaixo.

	31/12/11	31/12/10
Resultado líquido do exercício	36.853	(9.181)
Constituição/ (Absorção) da reserva legal	(1.843)	4.720
Constituição/ (Absorção) da reserva de incentivos fiscais	(316)	4.461
Base de cálculo para distribuição de dividendos	34.694	-

e) Dividendos

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 6% calculado sobre o patrimônio líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei n. 6.404/76. A Diretoria Executiva, após a constituição das Reservas obrigatórias, está destinando para rubrica no passivo de dividendos a pagar o valor de R\$34.694.

16. Receita

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é a seguinte:

	31/12/11	31/12/10
Receita bruta de vendas		
Receita bruta - partes relacionadas (nota 17)	826.804	709.945
Receita bruta - terceiros	1.621	24.088
	828.425	734.033

Deduções da receita bruta

Impostos incidentes sobre a venda	(96.360)	(80.353)
Receita operacional líquida	732.065	653.680

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas durante os exercícios estão refletidas nas demonstrações financeiras, como se segue:

a) Vendas de minério

	31/12/11	31/12/10
Receita bruta		
Alcan Alumina Ltda.	30.270	31.269
Rio Tinto Alcan Inc.	162.689	168.576
Alcoa Alumínio S.A.	42.704	40.282
Alcoa World Alumina Ltda.	5.081	5.362
Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	68.823	21.133
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	282.458	272.522
BHP Billiton Metais S.A.	141.642	104.566
Vale International	9.649	39.467
BHP BMAG	5.903	26.768
Hydro Aluminium	77.585	-
Total da receita bruta com partes relacionadas (nota 16)	826.804	709.945
Mercado interno	502.155	454.001
Mercado externo	324.649	255.944

b) Contas a receber

	31/12/11	31/12/10
Alcan Alumina Ltda	2.262	7.775
Rio Tinto Alcan Inc.	12.195	12.219
Alcoa Alumínio S.A.	5.274	7.596
Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	5.523	1.013
Alcoa World Alumina Brasil Participações Ltda.	2.904	-
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	33.922	33.872
BHP Billiton Metais S.A.	12.386	18.974
Hydro Aluminium	9.210	-
Vale International	-	5.506
BHP BMAG	-	6.093
Total de contas a receber de partes relacionadas	83.676	93.048
Mercado interno	56.748	68.217
Mercado externo	26.928	24.831

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

c) Despesas com administradores

Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

Durante o exercício de 2011, a Sociedade registrou como despesas com seus administradores um total de R\$ 1.976 (R\$1.709 em 2010).

d) Caixa e equivalentes de caixa - com partes relacionadas

Esses valores correspondem basicamente às aplicações financeiras de liquidações inferiores a 90 dias, e com taxas e remunerações a valores de mercado, junto ao Banco Votorantim, parte relacionada do grupo "CBA" Companhia Brasileira de Alumínio.

Modalidade	Remuneração	Vencimentos das aplicações de 2011	31/12/11	31/12/10
Aplicações Debentures	100 a 102% do CDI	23/03/12	2.085	2.344
Aplicações Debentures	100 a 102% do CDI	27/01/12	7.206	5.004
Total			9.291	7.348

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/11	31/12/10
Despesas administrativas com serviços	(9.504)	(10.595)
Despesas administrativas com pessoal	(8.022)	(8.541)
Depreciações e amortizações	(528)	(687)
Outros	(1.324)	(512)
Total	(19.378)	(20.335)

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

19. Outras receitas/ (despesas) operacionais

	31/12/11	31/12/10
Reversão de provisões constituídas	-	39.628
Despesa tributos	(2.039)	(2.650)
Outras despesas	(3.505)	(6.419)
Total	5.544	30.559

20. Resultado financeiro

	31/12/11	31/12/10
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.140	542
Depósitos judiciais	28.618	28.983
Outros	1.325	953
Total	32.083	30.478

Despesas financeiras

Juros de empréstimos	(25.931)	(32.517)
Atualização monetária fechamento de mina	(5.624)	(4.380)
Outros	(4.253)	(5.814)
Total	(35.808)	(42.711)

Atualização monetária processo fiscal - Lei 11.941/09

Juros processo redução de capital	(19.713)	(74.139)
Total	(19.713)	(74.139)

Variações cambiais

Ativas	4.099	(1.333)
Passivas	(31.971)	11.045
Total	(27.872)	9.712

21. Instrumentos financeiros

A Sociedade considera que o valor contábil de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor justo devido ao vencimento de curto prazo, ou frequente reavaliação destes instrumentos.

A Sociedade contratou em outubro de 2008 uma operação de SWAP para hedge de seu fluxo de caixa referente a 50% de seus contratos de pré-pagamento no valor de US\$50 milhões, com saldo de R\$31.263 em 31 de dezembro de 2011 (R\$49.986 em 2010). O objetivo desse hedge foi o de trocar sua taxa de juros pós-fixada (LIBOR + 0,65%), por uma taxa prefixada de 3,98%.

Durante o exercício de 2011, a Sociedade registrou pagamentos de R\$ 1.267 (R\$2.070 em 2010) com seu hedge de taxa de juros. A perda, que está inclusa em despesas financeiras, é referente à parte da variação do valor justo dos instrumentos derivativos excluídos da avaliação da eficácia da cobertura. O efeito do valor justo dessa transação no montante de R\$588, foi registrado no exercício no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, gerando um saldo de R\$369 (líquido de impostos 34%) em 31 de dezembro de 2011 (R\$957 em 2010).

O resumo da operação é apresentado a seguir:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Perda não realizada (antes dos impostos)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Posição ativa - taxa pós (libor + 0,65%)	31.294	50.022	29.993	49.134	-	-
Posição passiva - taxa pré de 3,98%	31.294	50.157	30.551	50.719	-	-
Posição líquida	-	(135)	(558)	(1.585)	(558)	(1.450)

22. Gestão de riscos
a. Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a.1. Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

a.2. Risco de crédito

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

a.3. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31/12/2011.

	R\$
Ativos financeiros	81.256
(-) passivos financeiros	(463.020)
(=) Posição financeira líquida	(381.764)

A Empresa mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31/12/2011 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

c) Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31/12/2011.

	R\$
Ativos expostos à variação cambial	83.676
(-) passivos expostos à variação cambial	(323.103)
(=) Exposição cambial líquida	(239.427)

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seus pagamentos estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

d) Valores de mercado

Em 31/12/2011, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)
23. Cobertura de seguros

Em 31/12/ 2011 a Sociedade mantinha cobertura de seguros para os bens do ativo conforme demonstrado a seguir:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
Riscos nomeados		VR ¹ : 2.847.474
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	31/10/2012	LMI ² : 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	31/10/2012	20.000
Transporte nacional (perdas e danos)	01/08/2012	5.000
Transporte internacional (perdas e danos)	01/08/2012	9.379
Vida em grupo (morte por acidentes - 48 x o salário)	31/07/2012	Até 1.930
Vida em grupo (morte natural - 24 x o salário)	31/07/2012	Até 840
Responsabilidade civil diretores e administradores - D&O	20/06/2012	19.592
Cascos marítimos (balsas)	07/05/2012	450
Operações aeroportuárias	09/12/2012	93.780
Risco de engenharia e Responsabilidade Civil Obras	31/12/2014	VR: 274.537
		LIM: 120.000
Frota de Veículos Leves	09/05/2012	8.577

¹ Valor do risco. ² Limite máximo de indenização.

24. Fundo de Previdência

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios - FGB, destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre - PGBL, destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre - VGBL, para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2011, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 2.804 (R\$ 2.884 em 2010).

25. Evento Subsequente

Do valor registrado na linha Depósitos judiciais do ativo circulante no montante de R\$7.623, a Sociedade recebeu em 25 de janeiro de 2012 o valor de R\$7.453 referente à remuneração da parte incontroversa do processo Redução de Capital.

26. Aprovação de emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 02/02/2012.

Conselho de Administração

Ricardo Rodrigues de Carvalho - Presidente
 Ronaldo Del Buono Ramos - Conselheiro
 Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão - Conselheiro
 Ricardo Franzon Campana - Conselheiro
 Aquilino Paolucci Neto - Conselheiro
 José Carlos Danza Errico - Conselheiro
 Fernando Simões Rodrigues - Conselheiro

Diretoria executiva

Júlio Cesar Ribeiro Sanna - Diretor-Presidente
 José Adécio Marinho - Diretor de Administração e Finanças

Almerindo Moreira Barroso
 Contador CRC-PA 011036/O -0
 CPF 437.366.962-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da Mineração Rio do Norte S.A.:

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Rio do Norte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas em epígrafe apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

O exame das demonstrações financeiras da Mineração Rio do Norte S.A, bem como as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram, em 04 de fevereiro de 2011, o relatório sem modificação sobre a posição patrimonial e financeira.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012.

Grant Thornton Auditores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1 S-PA

Laércio Ros Soto Junior
 Contador CRC 1SP-212.430/O-3 S-PA